



CÂMARA MUNICIPAL DE CERQUILHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

OFICIAL LEGISLATIVO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o quadrinho para responder às questões 01 e 02:



(Bob Thaves, "Frank & Ernest").

Em: <https://www.estadao.com.br/cultura/quadrinhos.01.08.2025>

01. Considerando o comentário do rei, entende-se que a sua preocupação ao chamar o trio de balanço era com o
- (A) ajuste dos canais de som.
 - (B) fortalecimento da música.
 - (C) aspecto físico dos cidadãos.
 - (D) molejo necessário à dança.
 - (E) estado patrimonial do reino.
02. Em conformidade com a norma-padrão quanto ao uso do acento indicativo da crase, a frase — eu quis dizer meus contadores — admite a reescrita:
- (A) Eu me referi à meus contadores.
 - (B) Eu me referi àqueles que são meus contadores.
 - (C) Eu me referi à quem são meus contadores.
 - (D) Eu me referi à eles que são meus contadores.
 - (E) Eu me referi à pessoas que são meus contadores.

Leia o texto para responder às questões de 03 a 10:

Brasil dá importante passo para que todos aprendam matemática

Uma proposta mais do que necessária foi anunciada em 30 de junho pelo ministro da Educação para melhorar a qualidade da aprendizagem na educação básica. *Toda Matemática* é o nome da nova política do Ministério da Educação, voltada para romper com as tristes estatísticas das quais os estudantes brasileiros fazem parte há muito tempo nas avaliações nacionais e internacionais quando o assunto envolve cálculos, estimativas e números em geral. Já era tempo: a matemática é um desafio na educação brasileira há décadas — 73% dos estudantes na faixa etária de 15 anos não atingiram o mínimo de proficiência no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), na edição mais recente. Segundo dados do Todos pela Educação, 59% dos estudantes terminam o ensino médio em níveis muito abaixo do esperado nessa disciplina, o que significa dizer que não sabem calcular sequer porcentagens e, no pior dos casos, não resolvem problemas com as quatro operações básicas.

Além de não cumprir o dever de garantir o direito à aprendizagem matemática a todos os cidadãos, não estamos evoluindo economicamente como país quanto poderíamos (e precisamos) no que diz respeito à empregabilidade, principalmente porque não damos conta de ensinar (bem). A recém-divulgada pesquisa "*As competências matemáticas no mercado de trabalho brasileiro: o papel da escolaridade e implicações para os rendimentos*", publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), revela que profissionais em ocupações que exigem maior domínio da matemática podem chegar a ganhar 85% a mais do que aqueles em funções que requerem menos habilidades na área. O pesquisador Maurício Cortez Reis analisou de que maneira a importância atribuída aos conhecimentos em matemática ou à capacidade para trabalhar com números está atrelada aos rendimentos e como a escolaridade pode influenciar esse processo. Além disso, o estudo mostra que a taxa de escolaridade mais elevada facilita o acesso a essas ocupações. E mais: mesmo os menos escolarizados, quando trabalham com números, ganham mais do que se estivessem em ocupações que não valorizam as competências matemáticas.

Se não investirmos na formação adequada dos estudantes, inclusive e especialmente em matemática, fazendo disso um projeto no País, estamos condenando crianças, adolescentes e jovens a serem adultos com subempregos, não formaremos profissionais de diferentes áreas com qualidade e capacidade de absorver demandas do mercado. O *Toda Matemática* deverá promover nas redes públicas de ensino uma base sólida para alavancar o letramento matemático, contribuindo para diminuir o número de cidadãos que não sabem resolver problemas simples envolvendo uma ou mais das quatro operações básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão, e têm baixa compreensão dos números, podendo somente identificar dígitos familiares de alguma maneira.

(Kátia Smole. <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto>, 02.07.2025. Adaptado)

03. Ao discorrer sobre a nova política do Ministério da Educação, a autora deixa claro que se trata de uma ação

- (A) relevante para o contexto atual da educação matemática, quando se consideram os pífios resultados obtidos pelos alunos nas avaliações nacionais e internacionais.
- (B) irrelevante para o letramento matemático dos alunos brasileiros, uma vez que eles conseguem resolver problemas simples envolvendo as quatro operações básicas.
- (C) oportuno para a formação matemática e cidadã dos alunos, cujas dificuldades para a compreensão dos números têm sido vencidas com muita dedicação e estudo.
- (D) desnecessária para a maioria dos alunos, já que um número pouco expressivo deles tem baixa compreensão dos números e dificuldades para resolver problemas.
- (E) prescindível para a educação matemática, uma vez que a área carece de dados sólidos e inquestionáveis que permitam identificar os reais problemas dos alunos.

04. Quando se comparam a compreensão da matemática e a formação profissional dos cidadãos, conclui-se corretamente que

- (A) os estudos de matemática desenvolvidos na escola são suficientes para a garantia de bons salários.
- (B) os melhores salários são pagos aos profissionais que se propõem a ensinar o letramento matemático.
- (C) a capacidade de trabalhar com números não tem relação com a perspectiva de melhores salários.
- (D) os conhecimentos em matemática estão vinculados a uma perspectiva melhor de retorno salarial.
- (E) a perspectiva de bons salários independe da escolaridade e dos conhecimentos básicos em matemática.

05. Considere as passagens:

- *Toda Matemática* é o nome da nova política do Ministério da Educação, voltada para **romper** com as tristes estatísticas das quais os estudantes brasileiros fazem parte há muito tempo... (1º parágrafo)
- ... 73% dos estudantes na faixa etária de 15 anos não atingiram o mínimo de **proficiência** no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), na edição mais recente. (1º parágrafo)
- O *Toda Matemática* deverá promover nas redes públicas de ensino uma base sólida para **alavancar** o letramento matemático... (3º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) acometer; desempenho; explicitar.
- (B) eliminar; aproveitamento; fomentar.
- (C) irromper; resultado; estruturar.
- (D) corroborar; compreensão; melhorar.
- (E) terminar; conhecimento; mudar.

06. O termo destacado está empregado sem sentido figurado em:

- (A) ... para romper com as tristes estatísticas das quais os estudantes brasileiros **fazem** parte há muito tempo... (1º parágrafo)
- (B) ... 59% dos estudantes **terminam** o ensino médio em níveis muito abaixo do esperado nessa disciplina... (1º parágrafo)
- (C) Além de não cumprir o dever de **garantir** o direito à aprendizagem matemática a todos os cidadãos... (2º parágrafo)
- (D) ... estamos **condenando** crianças, adolescentes e jovens a serem adultos com subempregos... (3º parágrafo)
- (E) ... **contribuindo** para diminuir o número de cidadãos que não sabem resolver problemas simples... (3º parágrafo)

07. Considere as passagens:

- ... não estamos evoluindo **economicamente** como país quanto poderíamos (e precisamos) no que diz respeito à empregabilidade, principalmente **porque** não damos conta de ensinar (bem). (2º parágrafo)
- E mais: **mesmo** os menos escolarizados, quando trabalham com números, ganham mais **do que** se estivessem em ocupações que não valorizam as competências matemáticas. (2º parágrafo)

No contexto em que estão empregadas, as expressões destacadas veiculam, correta e respectivamente, sentidos de:

- (A) meio; causa; concessão; conclusão.
- (B) causa; causa; restrição; comparação.
- (C) modo; causa; inclusão; comparação.
- (D) modo; explicação; afirmação; consequência.
- (E) meio; explicação; afirmação; conclusão.

08. *Toda Matemática* propõe-se _____ romper com as tristes estatísticas _____ quais os estudantes brasileiros estão inseridos há muito tempo, com base nos resultados das avaliações nacionais e internacionais, devido _____ assunto envolvendo estimativas, cálculos e números em geral.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) com ... das ... o
- (B) de ... as ... ao
- (C) a ... nas ... ao
- (D) em ... pelas ... o
- (E) por ... sob ... ao

09. Assinale a alternativa cuja frase atende à norma-padrão de concordância verbal e de concordância nominal.
- (A) Números expressivos de estudantes brasileiros fazem parte há muito tempo das tristes estatísticas nas avaliações nacionais e internacionais, que revelam níveis de desempenho muito abaixo do esperado em matemática.
- (B) Já fazem décadas que a matemática é um desafio na educação brasileira — a maioria dos estudantes na faixa etária de 15 anos não atingiu o mínimo de proficiência no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.
- (C) Muitos cidadãos brasileiros não dispõem de conhecimentos matemáticos suficiente para a resolução de problemas simples, os quais envolvem as quatro operações básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão.
- (D) Os conhecimentos em matemática para o trabalho com números mantém relação com os rendimentos recebidos profissionalmente, segundo a pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- (E) Se não houver investimento na formação adequada dos estudantes, crianças, adolescentes e jovens estarão condenadas a serem adultos com subempregos, incapaz de absorver demandas do mercado de trabalho.
10. A colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão em:
- (A) Se anunciou, em 30 de junho, uma proposta mais do que necessária para melhorar a qualidade da aprendizagem na educação básica.
- (B) Se não investir-se na formação adequada dos estudantes, crianças, adolescentes e jovens serão adultos com subempregos.
- (C) O letramento matemático contribui para diminuir o número de cidadãos que confundem-se para resolver problemas simples.
- (D) Há tempos, nas avaliações nacionais e internacionais, os alunos brasileiros têm distanciado-se do resultado esperado em matemática.
- (E) O *Toda Matemática* deverá disseminar-se nas redes públicas de ensino com uma base sólida para alavancar o letramento matemático.

11. Uma pesquisa realizada em meados da década de 2010, pelo Serviço de Proteção ao Crédito, identificou que 6 em cada 10 brasileiros que viajam ao exterior compram produtos de luxo.
- Levando-se em consideração essa informação e supondo-se que em um grupo de pessoas, que viajaram para o exterior, apenas 132 não compraram produtos de luxo, o número total de pessoas nesse grupo seria igual a
- (A) 300.
- (B) 310.
- (C) 320.
- (D) 330.
- (E) 340.
12. Do número total de folhas impressas em determinado dia em um escritório, a impressora de Luiz imprimiu $\frac{1}{5}$, a impressora de Ana imprimiu $\frac{3}{4}$ do que não foi impressa pela impressora de Luiz, e a impressora de Leonardo imprimiu as 140 unidades restantes.
- Dessa forma, o número de folhas impressas pela impressora de Ana foi igual a
- (A) 525.
- (B) 500.
- (C) 480.
- (D) 465.
- (E) 420.
13. Os voos para as cidades, A, B e C, saem de um mesmo aeroporto em períodos de tempo distintos: os voos para a cidade A saem a cada 4 horas; os voos para a cidade B, a cada 5 horas; e os voos para a cidade C saem a cada 6 horas. O aeroporto funciona diuturnamente e, exatamente, às 0 hora e 30 minutos de um domingo, os passageiros dos três voos foram chamados para o embarque.
- Considerando-se a chamada para o embarque como ponto inicial do processo dos voos, e aplicando-se a essa chamada os períodos de tempo de saída dos voos para as cidades A, B e C, sem atraso, a vez imediatamente posterior em que a chamada para o embarque dos voos para essas três cidades ocorreu, novamente, em um mesmo horário foi
- (A) às 12 horas e 30 minutos da segunda-feira.
- (B) aos 30 minutos da terça-feira.
- (C) às 12 horas e 30 minutos da terça-feira.
- (D) aos 30 minutos da quarta-feira.
- (E) às 12 horas e 30 minutos da quarta-feira.

14. Considere a seguinte notícia publicada no site da *Agência Brasil*, em outubro de 2024:

As emissões de gases do efeito estufa caíram 12% no Brasil, em 2023.

Essa é a maior redução dos últimos 15 anos.

São 300 milhões de toneladas a menos em comparação a 2022.

(<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-11/emissoes-de-gases-do-efeito-estufa-cairam-12-no-brasil-em-2023>)

Com base na informação apresentada, é correto afirmar que, em 2023, as emissões de gases do efeito estufa no Brasil foram de

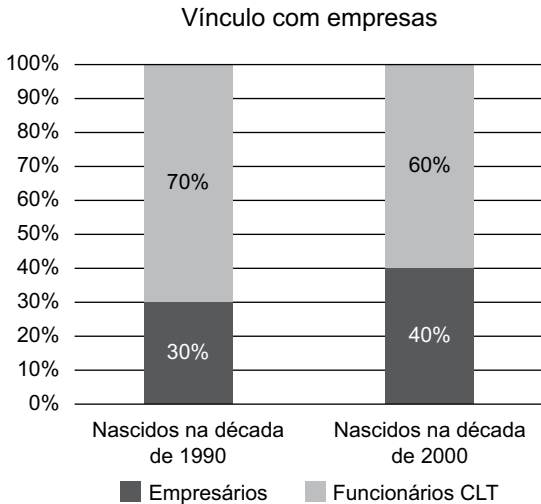
- (A) 2,0 bilhões de toneladas.
 - (B) 2,2 bilhões de toneladas.
 - (C) 2,5 bilhões de toneladas.
 - (D) 2,8 bilhões de toneladas.
 - (E) 3,0 bilhões de toneladas.
15. Dois produtos líquidos estão, cada um, em um tambor: o primeiro contendo 27 litros do produto X, e o segundo contendo 45 litros do produto Y.

Esses produtos precisam ser divididos no maior número de recipientes possível, de maneira que cada recipiente contenha uma mistura somente de ambos os produtos, na mesma razão, e todos os recipientes tenham a mesma quantidade de mistura.

Nessas condições, sendo x e y números inteiros, em que x corresponda ao volume, em litros, do produto X, e y corresponda ao volume, em litros, do produto Y, que devem ser colocados em cada recipiente, a diferença $y - x$ deve ser igual a

- (A) 1 litro.
- (B) 2 litros.
- (C) 3 litros.
- (D) 4 litros.
- (E) 5 litros.

16. O gráfico apresenta informações sobre o vínculo com empresas de um grupo de pessoas nascidas nas décadas de 1990 e 2000:



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que, nesse grupo, há, necessariamente,

- (A) duas vezes mais funcionários CLT nascidos na década de 2000 do que empresários nascidos na década de 1990.
- (B) mais empresários do que funcionários CLT.
- (C) o mesmo número de pessoas nascidas nas décadas de 1990 e 2000.
- (D) 2 empresários para cada 3 funcionários CLT, nascidos na década de 2000.
- (E) números diferentes de pessoas nascidas nas décadas de 1990 e 2000.
17. Uma empresa de vendas no atacado estava com a seguinte promoção para determinado produto: a cada 3 caixas compradas pela mesma pessoa física ou jurídica, a 4ª caixa seria gratuita.
- Considerando-se que cada caixa do produto comprado custe R\$ 50,00, e que uma pessoa jurídica retirou, pela promoção, o total de 50 caixas desse produto, o valor médio pago por caixa foi de
- (A) R\$ 37,50.
- (B) R\$ 38,00.
- (C) R\$ 38,50.
- (D) R\$ 39,00.
- (E) R\$ 49,50.

18. Um garrafão de determinado produto líquido tem capacidade total de 5 litros, ou 5.000 cm^3 , e contém nove décimos de sua capacidade preenchida com esse líquido.

Despejando-se todo o volume de líquido contido nesse garrafão em um vasilhame com formato interno de paralelepípedo reto retangular, inicialmente vazio, preenche-o totalmente, sem transbordar.

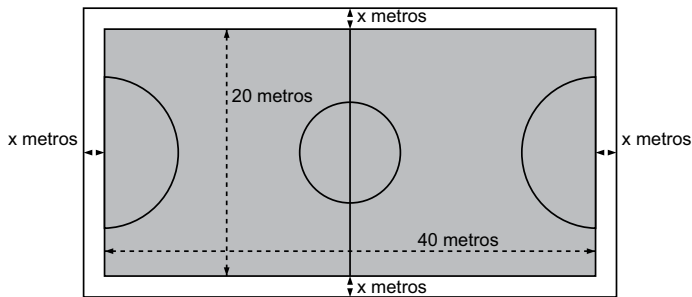
Sabendo-se que o comprimento interno desse vasilhame é de 20 cm, e que sua altura e largura internas têm a mesma medida, é correto afirmar que a soma das medidas do comprimento, largura e altura internas desse vasilhame é

- (A) 15 cm.
 - (B) 35 cm.
 - (C) 50 cm.
 - (D) 60 cm.
 - (E) 70 cm.
19. Em um cofre havia apenas notas de R\$ 200,00, de R\$ 100,00 e de R\$ 50,00. Uma pessoa retirou desse cofre R\$ 7.400,00, em um total de 76 notas, retirando notas de todos os valores, sendo que a quantidade de notas de R\$ 200,00 correspondeu à terça parte da quantidade de notas de R\$ 100,00.

O valor total em notas de R\$ 50,00 retirado do cofre por essa pessoa foi

- (A) R\$ 1.400,00.
- (B) R\$ 1.900,00.
- (C) R\$ 2.400,00.
- (D) R\$ 3.000,00.
- (E) R\$ 3.600,00.

20. Em um terreno plano com formato retangular foi construída uma quadra de futebol de salão, também retangular, com dimensões 40 m e 20 m. Ao redor dessa quadra, construiu-se uma pista para corridas, com 256 m^2 de área e largura constante de x m, conforme representadas na figura:



(figura fora de escala)

Sabendo-se que a quadra e a pista ocuparam todo o terreno, é correto afirmar que o perímetro desse terreno é de

- (A) 124 m.
- (B) 128 m.
- (C) 132 m.
- (D) 136 m.
- (E) 140 m.

R A S C U N H O

LEGISLAÇÃO

21. Suponha que José, responsável pelo Loteamento Casas Sustentáveis, obteve na Prefeitura de Cerquillo a necessária aprovação do projeto de loteamento, o qual conta com diversas áreas verdes espalhadas pelo terreno, totalizando 38% (trinta e oito por cento) do loteamento com cobertura de vegetação nativa. Durante a implementação do projeto de loteamento, José resolveu alterar a destinação de 42% (quarenta e dois por cento) das áreas verdes, desmatando-as para a construção de equipamentos de lazer, como duas piscinas, quadra poliesportiva e dois playgrounds voltados para crianças de até 06 (seis) anos.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Cerquillo, é correto afirmar que

- (A) como o projeto de loteamento já obteve aprovação da Prefeitura, José é livre para fazer as modificações que achar mais conveniente, independentemente da obtenção de nova concordância.
- (B) como as áreas verdes do loteamento totalizam mais de 35% (trinta e cinco por cento) da área do empreendimento, admite-se, excepcionalmente, sua redução, desde que haja prévia concordância do Secretário do Meio Ambiente.
- (C) os terrenos definidos no projeto de loteamento como áreas verdes não poderão, em qualquer hipótese, ser alterados na destinação, fim e objetivos originariamente estabelecidos.
- (D) como José se limitou a alterar a destinação de menos da metade da área verde originariamente estabelecida, não há ilegalidade em sua conduta.
- (E) como os terrenos definidos como áreas verdes tiveram sua destinação alterada para construção de equipamentos de lazer e não para construção de novas casas, não é preciso que haja nova aprovação da Prefeitura.

22. Imagine que Luciano é o Prefeito do Município de Cerquillo e recebeu hoje um requerimento da Câmara Municipal para prestar informações; e, apesar de sempre representar a cidade em suas relações políticas, deseja delegar essa representação para João, Secretário de Administração.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Orgânica do Município de Cerquillo, é correto afirmar que

- (A) se veda que o prefeito delegue a representação do Município em suas relações políticas e administrativas.
- (B) Luciano deverá responder ao requerimento em até 15 (quinze) dias corridos, sob pena da prática de crime de responsabilidade.
- (C) Luciano só é obrigado a responder ao requerimento se ele tiver sido encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal, o que deverá fazer em até uma semana.
- (D) Luciano poderá delegar a representação do Município em suas relações políticas, desde que João tenha mais de trinta e cinco anos e nível superior completo.
- (E) a representação do Município nas suas relações políticas poderá ser delegada por lei de iniciativa do prefeito, a outra autoridade.

23. Considere que hoje haverá uma sessão na Câmara Municipal de Cerquillo que terá por objeto temas socialmente controversos e diversos munícipes irão assistir aos debates. Luciana é cidadã da localidade e deseja usar um gravador para captar os sons nas dependências da Câmara, enquanto Lucas, morador de Piracicaba, deseja entrar portando arma.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Cerquillo, é correto afirmar que

- (A) havendo justificativa prévia, Luciana e Lucas podem entrar com os objetos que desejam.
- (B) o Primeiro Secretário da Mesa da Câmara, deverá determinar a revista de Lucas e, se ele se recusar a tanto, estará impedido de ingressar nas dependências.
- (C) Luciana não poderá usar o gravador, salvo expressa autorização do Presidente da Câmara.
- (D) a depender do assunto que será tratado, admite-se que Lucas e Luciana portem os objetos que desejam nas dependências da Câmara.
- (E) Lucas e Luciana poderão entrar com os objetos que desejam, desde que protocolem requerimento ao Presidente da Câmara até quarenta e oito horas antes da realização da sessão.

24. Considere que, após uma grande discussão, houve a renúncia total da Mesa da Câmara Municipal de Cerquillo.

Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cerquillo, proceder-se-á à nova eleição

- (A) na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.
- (B) em até duas sessões após àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Vereador de maior idade.
- (C) na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Prefeito do Município.
- (D) em até cinco sessões após àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Vereador de maior idade.
- (E) em até duas sessões após àquela em que se deu a renúncia, sob a presidência do Prefeito do Município.

25. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cerquillo, as Comissões Especiais serão constituídas mediante apresentação de Projeto de

- (A) Portaria de autoria da Mesa ou de metade dos Vereadores, aprovado por maioria simples.
- (B) Resolução de autoria do Presidente da Câmara Municipal.
- (C) Lei de autoria da Mesa ou de um terço dos Vereadores, aprovado por maioria absoluta dos membros.
- (D) Portaria de autoria do Presidente da Câmara Municipal.
- (E) Resolução de autoria da Mesa ou de um terço dos Vereadores, aprovado por maioria simples.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para

- (A) aquisição de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- (B) aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (C) alienação de bens imóveis ou de bens móveis inseríveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (D) contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos.
- (E) escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico.

27. É dispensável a licitação para a contratação

- (A) de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.
- (B) de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- (C) de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, a exemplo de consultorias técnicas.
- (D) que compreenda valores inferiores a cinquenta mil reais, no caso de serviços e compras que não envolvam obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores.
- (E) que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de dois anos.

28. Uma câmara municipal optou pelo sistema de registro de preços, em vista das características do objeto a ser contratado e da necessidade de contratações frequentes, além da agilidade nas contratações e da redução dos esforços administrativos.

Esse conjunto de procedimentos de registro formal de preços para contratações futuras ocorre mediante

- (A) dispensa, credenciamento, leilão ou concorrência.
- (B) inexigibilidade, credenciamento, pregão ou concorrência.
- (C) inexigibilidade, leilão, pregão ou concorrência.
- (D) inexigibilidade, diálogo competitivo, pregão ou leilão.
- (E) dispensa, inexigibilidade, pregão ou concorrência.

29. A escola de governo do poder Legislativo de um município abriu chamamento público para credenciamento de colaboradores educacionais para o curso de Gestão Contratual e Processo Licitatório.

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o credenciamento é um dos casos expressos de

- (A) inexigibilidade de licitação.
- (B) dispensa de licitação.
- (C) concorrência.
- (D) pregão.
- (E) concurso.

30. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assumir obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito é vedado ao titular da Câmara de Vereadores nos últimos

- (A) dois meses do seu mandato.
- (B) dois trimestres do seu mandato.
- (C) dois quadrimestres do seu mandato.
- (D) dois semestres do seu mandato.
- (E) dois anos do seu mandato.

31. Nas compras públicas, o critério de julgamento utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência corresponde

- (A) ao maior retorno econômico.
- (B) à técnica e ao preço.
- (C) ao maior desconto.
- (D) ao menor preço.
- (E) à melhor técnica ou ao conteúdo artístico.

32. Durante a execução orçamentária, os restos a pagar processados estão aguardando

- (A) a liquidação.
- (B) o empenho.
- (C) o pagamento.
- (D) o lançamento.
- (E) o recolhimento.

33. No mês de janeiro do ano de 2025, um órgão público adquiriu um equipamento ao custo de R\$ 10.000,00 por meio de processo licitatório e deseja realizar a depreciação desse bem utilizando o método da linha reta (ou cotas constantes).

Considerando-se que a vida útil desse equipamento é de 10 anos com o valor residual de 20%, no final do ano de 2034, o valor residual será de

- (A) R\$ 1.000,00.
- (B) R\$ 5.000,00.
- (C) R\$ 100,00.
- (D) R\$ 200,00.
- (E) R\$ 2.000,00.

34. De acordo com a Lei de Finanças Públicas (Lei nº 4.320/1964), permite-se

- (A) a realização de despesa sem prévio empenho, em casos especiais.
- (B) o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- (C) o adiantamento a servidor em alcance.
- (D) a estimativa do empenho da despesa cujo montante possa ser determinado.
- (E) a realização de empenho da despesa que exceda o limite dos créditos concedidos, como regra.

35. Os créditos adicionais, que são as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual (LOA),

- (A) terão vigência apenas no exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário quanto aos suplementares.
- (B) da espécie extraordinários são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (C) dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer e serão precedidos de exposição da justificativa para abertura.
- (D) das espécies suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- (E) da espécie especiais são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

36. Imagine que Jorge é servidor público do Município X e atua no setor de parcerias com as entidades privadas. Há um mês, ele celebrou uma parceria com a Empresa Merendas Ltda., sem a observância das formalidades legais, em troca do recebimento de vantagem econômica, o que foi intermediado por Pedro, professor da Escola Particular ABC.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- (A) os sócios da Empresa Merendas Ltda. responderão pelo ato de improbidade administrativa que vier a ser imputado à pessoa jurídica, ainda que não haja a identificação de benefícios diretos a eles, em face do princípio da responsabilização objetiva.
- (B) em decorrência das recentes mudanças ocorridas na Lei de Improbidade Administrativa, as suas disposições não são mais aplicáveis aos que não sejam agente públicos, de forma que a responsabilização de Pedro deve ser estritamente civil.
- (C) caso alguma autoridade administrativa tenha conhecimento dos fatos e não os represente ao Ministério Público para as providências necessárias, responderá subsidiariamente pelos atos de improbidade que causem prejuízo ao erário.
- (D) as sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à Empresa Merendas Ltda., caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.
- (E) caso o processo judicial seja ajuizado e Jorge faleça no seu curso, seus sucessores estarão sujeitos ao pagamento de multa e à obrigação de reparar os danos até o limite do valor da herança recebida.

R A S C U N H O

37. Suponha que Lucas, representante do Ministério Público, recebeu uma denúncia de que Luciano, servidor público responsável pelas licitações e pelos contratos administrativos na Secretaria de Saúde do Município X, dispensou indevidamente o processo licitatório para a compra de seringas e de luvas, acarretando perda patrimonial efetiva de R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais) ao ente público. Em caráter antecedente, Lucas formulou pedido de indisponibilidade de bens de Luciano, especificamente o bloqueio de suas contas bancárias, demonstrando o perigo de dano irreparável e o risco ao resultado útil do processo.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- (A) como a perda patrimonial efetiva foi menor do que R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), não se admite o pedido de indisponibilidade de bens em caráter antecedente, mas apenas de forma incidente.
- (B) se o juiz se convencer dos argumentos apresentados por Lucas, a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias.
- (C) o valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada por Lucas, permitida a sua substituição por caução idônea, vedando-se sua comutação por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial.
- (D) demonstrado o perigo de dano irreparável e o resultado útil ao processo, o juiz terá o prazo de cinco dias úteis para decretar a indisponibilidade de todos os bens de Luciano, inclusive das quantias depositadas em cadernetas de poupança ou em outras aplicações financeiras, seja qual for seu valor, desde que até R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais).
- (E) após o recebimento do pedido de Lucas, o juiz deverá determinar a oitiva de Luciano em 15 (quinze) dias e, se convencido dos argumentos apresentados pelo membro do Ministério Público, decretará a indisponibilidade dos bens do servidor, vedando-se a indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.

38. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

- (A) Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá apelação ao Tribunal de Justiça competente.
- (B) O reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito é expressamente aplicável na ação de improbidade administrativa.
- (C) A celebração de acordo de não persecução cível independe de homologação judicial, se ocorrer antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- (D) O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de realizar imediatamente o pagamento.
- (E) As sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de 20 (vinte) anos.

39. A respeito dos princípios aplicáveis ao processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo administrativo é regido pelo princípio do devido processo legal, sobretudo no sentido substantivo, segundo o qual a Administração deve seguir todas as formalidades previstas nas leis e nos regulamentos, independentemente do resultado que isso provoque.
- (B) Em face do princípio do contraditório e da ampla defesa, a defesa do interessado deve ser impreterivelmente oportunizada antes da publicação da decisão administrativa, sob pena de nulidade do processo administrativo.
- (C) Em decorrência do princípio do devido processo legal, o processo administrativo deve observar estritamente todas as formalidades consagradas na legislação, exigindo-se o respeito às solenidades rígidas estabelecidas, uma vez que se aplica o princípio do formalismo exacerbado.
- (D) O processo administrativo não é um fim em si mesmo, e, como consequência do respeito aos direitos fundamentais, em sede da procedimentalização administrativa, deve-se perquirir a vontade formal sobre os fatos subjacentes à questão e não a verdade material.
- (E) Como consequência do princípio da ampla defesa, o princípio da recorribilidade possibilita a interposição de recursos, seja por motivos de legalidade ou de mérito, em face das decisões proferidas em processos administrativos que atinjam a esfera de interesses dos sujeitos.

40. Suponha que Bruno apresentou um pedido na Secretaria do Verde do Município ABC para obter uma licença ambiental com o objetivo de viabilizar legalmente o confinamento de dez mil cabeças de gado, tendo, em seguida, sido instaurado o processo de licenciamento ambiental.

Considerando a situação apresentada, é correto afirmar que o referido processo administrativo se classifica como

- (A) gracioso.
- (B) ablatório.
- (C) interno.
- (D) de mero expediente.
- (E) de controle.

41. Considere que, no curso do processo administrativo que visa apurar o direito à continuidade do recebimento de gratificação de desempenho percebida por Luzia, houve a publicação da decisão final constatando que o benefício deve ser imediatamente cancelado e que a servidora é obrigada a devolver os valores recebidos nos últimos seis meses. No entanto, apenas quando recebeu o contracheque, Luzia percebeu a diminuição do seu salário. Inconformada, Luzia procurou a Administração, oportunidade na qual a servidora foi informada de que foi devidamente intimada para se manifestar no processo administrativo, mas que permaneceu silente. No entanto, Luzia tem certeza de que não recebeu nenhuma intimação em sede de processo administrativo.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar:

- (A) em função da presunção de legitimidade dos atos administrativos, Luzia deverá se conformar com a decisão, pois a Administração não precisa comprovar a prática de seus atos.
- (B) ainda que os atos administrativos tenham presunção de legitimidade, esse atributo não se aplica aos atos que envolvam prova de fato negativo por parte do particular.
- (C) todos os atos administrativos têm os atributos da presunção de veracidade e da legitimidade, e, por isso, cabe a Luzia o ônus da prova da ausência de intimação.
- (D) em decorrência do atributo da imperatividade, de que são dotados todos os atos administrativos, foi legítima a extinção do benefício que Luzia recebia.
- (E) como os atos administrativos são dotados de autoexecutoriedade e de presunção de legitimidade, Luzia tem o ônus da prova, ainda que se trate de prova diabólica.

42. Assinale a alternativa que contém somente atos administrativos ordinatórios.

- (A) Decretos, deliberações e ordens de serviço.
- (B) Regimentos, portarias e apostilamento.
- (C) Resoluções, avisos e autorização.
- (D) Instruções, circulares e avisos.
- (E) Despachos, regimentos e licença.

43. Considere que José é servidor público da Autarquia Previdenciária do Estado X, ocupando a função de contabilista. Com o objetivo de aumentar sua renda, ele prestou concurso público para o cargo de professor de Contabilidade Básica na Universidade Federal XYZ e foi aprovado.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) a acumulação dos cargos públicos será possível, desde que as cargas horárias somadas não excedam a 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- (B) como José é servidor público de uma autarquia, a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se aplica a ele.
- (C) a acumulação dos cargos públicos será possível, já que a proibição é restrita aos cargos no âmbito de um mesmo ente federativo.
- (D) se houver compatibilidade de horários, admite-se a acumulação remunerada dos cargos públicos desejada por José.
- (E) a acumulação dos cargos públicos será possível, desde que as cargas horárias somadas não excedam a 40 (quarenta) horas semanais.

44. Suponha que Mauro ocupa cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público. Após adquirir a estabilidade, ele foi demitido por decisão administrativa do cargo, o qual passou a ser ocupado por Paulo, também servidor público. No entanto, a demissão de Mauro foi invalidada por sentença judicial três anos após a data que ele deixou o cargo.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar:

- (A) Mauro será reconduzido, e Paulo, ainda que em estágio probatório, voltará ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (B) a demissão era, de fato, inválida, pois o servidor público estável só pode ser demitido por decisão judicial, proferida em processo que lhe assegure direito ao contraditório e à ampla defesa.
- (C) Mauro será reintegrado, e Paulo, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (D) como o vínculo com a Administração foi extinto há mais de dois anos, não é hipótese de recondução de Mauro, mas sim de indenização pelos prejuízos suportados e pelos lucros cessantes.
- (E) Mauro será reintegrado, e Paulo, ainda que em estágio probatório, será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.

45. A respeito dos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da eficiência foi previsto expressamente na Constituição Federal por meio da emenda constitucional nº 19/1998, com objetivo de aproximar o exercício das funções administrativas da gestão empresarial.
 - (B) Recentemente, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade foram inseridos expressamente na Constituição Federal, sendo a proporcionalidade dividida em três subprincípios: adequação, necessidade e ponderação.
 - (C) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado está expressamente previsto na Constituição e autoriza o gestor público a agir da maneira que melhor atende às necessidades do Estado, ainda que, para isso, seja necessário contrariar a lei.
 - (D) Em decorrência do princípio da publicidade, a Administração Pública é obrigada a publicar no Diário Oficial todos os atos do poder público.
 - (E) Os princípios da impessoalidade e da moralidade se confundem, sendo considerados como sinônimos.
46. Atualmente, fala-se em uma releitura do princípio da legalidade, que tem por consequência a
- (A) equivalência normativa entre lei e decreto.
 - (B) ausência do papel criativo do aplicador do Direito.
 - (C) impossibilidade do controle judicial da discricionariedade administrativa.
 - (D) impossibilidade da deslegalização.
 - (E) crítica à diferença entre ato vinculado e ato discricionário.
47. Considere que Marcelo foi mesário nas eleições municipais e que Natan é notário.
- Com base na situação apresentada, é correto afirmar que eles são considerados como
- (A) particulares em colaboração.
 - (B) agente político e agente de fato temporário, respectivamente.
 - (C) agente de fato temporário e agente de fato necessário, respectivamente.
 - (D) agente de fato necessário e agente em regime especial, respectivamente.
 - (E) particular em colaboração e agente em regime especial, respectivamente.
48. De acordo com o entendimento sumular do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em procedimento licitatório para contratação de licença de uso de *software* dito de “prateleira”,
- (A) admite-se a utilização do tipo técnica e preço.
 - (B) deve ser utilizado o tipo melhor técnica.
 - (C) é vedada a utilização do tipo técnica e preço ou melhor técnica.
 - (D) pode ser utilizado qualquer critério de julgamento da proposta.
 - (E) é vedada a utilização do tipo menor preço.
49. De acordo com súmula do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em procedimento licitatório,
- (A) é possível a exigência de capital social mínimo na forma integralizada como condição de demonstração da capacidade econômico-financeira.
 - (B) o visto do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA/SP) deve ser dirigido a todos os participantes do certame, como condição de habilitação.
 - (C) deve a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial.
 - (D) admite-se a fixação de data única para realização de visita técnica.
 - (E) admite-se a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços de natureza continuada.
50. Suponha que, no Município X, houve a publicação de um edital de licitação para contratação de uma empresa de engenharia para reparar a ponte Francisco Morato. O edital do certame exigiu a comprovação de quitação da anuidade junto a entidade de classe como condição de participação, bem como certidão negativa de protesto como documento habilitatório.
- Com base na situação hipotética apresentada e nas súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), é correto afirmar que
- (A) não há qualquer ilegalidade no edital do certame, pois os documentos exigidos na habilitação da licitação se incluem na margem de discricionariedade do administrador.
 - (B) não poderia ter sido exigida a comprovação de quitação de anuidade junto a entidade de classe como condição de participação, bem como veda-se a exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.
 - (C) o edital do certame está em desacordo com o entendimento do TCE/SP, mas poderia ter sido exigida a comprovação de filiação a sindicato como condição de participação.
 - (D) o edital do certame está de acordo com o entendimento do TCE/SP, assim como também poderia ter sido exigida a comprovação de filiação a associação de classe como condição de participação.
 - (E) não poderia ter sido exigida a comprovação de quitação de anuidade junto a entidade de classe como condição de participação, mas não há qualquer irregularidade na exigência de certidão negativa de protesto como documento habilitatório.

